

Projeto MOVIDA: uma análise do processo de inclusão digital visando à inclusão social

Miriam N. Klemann¹, Alessandra P. Rodrigues²,
Liliana M. Passerino³, Clevis Rapkiewicz⁴

¹Voluntária do Projeto MOVIDA. Mestre em Educação – UFRGS. Email: miriamklemann@gmail.com

² Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, doutoranda no Programa de Pós-graduação em Informática na Educação da UFRGS. Email: ale@ufrgs.br

³Doutora em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora em Informática na Educação Especial e Professora da Faculdade de Educação, Departamento de Estudos Especializados, UFRGS. Email: liliana@cinted.ufrgs.br

⁴Doutora em Engenharia de Sistemas e Computação, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Email:clevirap@gmail.com

Resumo. *Recursos físicos e conectividade não garantem a inclusão digital. A inclusão digital é um processo estabelecido dentro de uma sociedade mais ampla que busca satisfazer necessidades relacionadas com qualidade de vida. O presente artigo apresenta uma análise realizada a partir do Projeto MOVIDA sob o aspecto da inclusão digital, com o objetivo de verificar que tipo de inclusão social o mesmo propicia. Como metodologia foi realizado o levantamento de dados e a análise com base nas variáveis propostas por Warschauer (2006). Como principal resultado acredita-se que a metodologia utilizada favorece a análise dos impactos da inclusão digital no processo de inclusão social, a qual permitiu identificar os impactos no Projeto MOVIDA.*

Palavras-chaves: *inclusão digital, inclusão social, Projeto MOVIDA*

MOVIDA Project: an analysis of the digital inclusion process aiming the social inclusion

Abstract. *Physical resources and connectivity do not guarantee digital inclusion. Digital inclusion is an established process within a larger society that seeks to satisfy needs related to quality of life. This article presents an analysis based on the MOVIDA Project under the aspect of digital inclusion, with the objective to verify what kind of social inclusion it provides. Methodology was carried out as data collection and analysis performed using the variables proposed by Warschauer (2006). As main results we believe that the methodology facilitates the analysis of the impact of digital inclusion on the social inclusion process, which allowed us to identify the impacts on the MOVIDA Project.*

Keywords: *digital inclusion, social inclusion, MOVIDA Project*

1. Introdução

“A inclusão é uma visão, uma estrada a ser viajada, uma estrada sem fim, com todo tipo de barreiras e obstáculos, alguns dos quais estão em nossas mentes e em nossos corações.”

Mittler, 2003, p.21

O senso comum acerca do conceito de inclusão digital cria uma falsa esperança de que a simples disponibilização de equipamentos de informática e conectividade sejam o suficiente para que ocorra o processo de inclusão.

Passerino e Montardo (2007) mostram o caráter multidimensional do conceito de inclusão digital a partir de diversas tendências, considerando, portanto, a inclusão como o processo estabelecido dentro de um processo mais amplo, que busca satisfazer necessidades relacionadas com qualidade de vida, desenvolvimento humano, autonomia de renda e equidade de oportunidades e direitos para os indivíduos e grupos sociais que, em alguma etapa da sua vida encontra-se em situação de desvantagem com relação a outros membros da sociedade.

Para o autor Warschauer (2006) o problema atual na abordagem da exclusão digital encontra-se no fato que se imagina que os contextos tecnológico e social podem se separar um do outro. Acredita-se, ingenuamente, que os programas idealizados para solucionar o problema tecnológico melhorarão um ou mais problemas sociais. Porém, conforme o autor, nenhuma tecnologia existe fora de uma estrutura social. Os domínios, tecnológico e social, estão muito entrelaçados e coexistem dentro das organizações, das instituições e da sociedade em geral, fazendo parte delas (BUNGE, 1995). Para Warschauer (2006), é necessário olhar para o que as pessoas fazem, suas práticas culturais, em lugar de centrar-se simplesmente na inovação tecnológica como fator de mudança. O autor propõe, a partir de suas pesquisas, um conjunto de variáveis interdependentes que participariam do processo de inclusão social via inclusão digital.

Não tem sido esse, necessariamente, o foco das pesquisas e projetos divulgados no Brasil sobre inclusão digital, conforme apontaremos na seção 2.

O presente artigo objetiva analisar um projeto de inclusão digital com base nas variáveis propostas por Warschauer (2006) combinando-as com a análise de sistemas sociais proposta por Bunge (1995) e, desta forma, verificar como o processo de inclusão digital pode promover a inclusão social. Este artigo apresenta os resultados de tal análise de um Projeto de Inclusão Digital chamado MOVIDA, com o objetivo de verificar se o mesmo propicia algum tipo de inclusão social aos seus participantes. A partir da análise foram propostas melhorias, adequações e ampliações no projeto. Esta pesquisa procura abordar a seguinte questão de pesquisa: Que tipo de inclusão social propicia o projeto de inclusão digital MOVIDA?

O artigo está dividido em sete seções. Nesta primeira seção está descrito o contexto, a descrição dos elementos que envolvem a discussão, a questão de pesquisa, a abordagem metodológica e a organização do artigo. Na segunda seção é apresentado um breve levantamento bibliográfico sobre inclusão digital feito nos dois principais eventos de Informática na Educação no Brasil. Na terceira seção são apresentadas as variáveis e fatores considerados na análise do projeto. Na quarta é apresentado o Projeto MOVIDA, objeto de análise desta pesquisa. Na quinta seção é apresentada a metodologia de pesquisa utilizada. Na sexta seção são apresentados os resultados da análise e por fim,

na última seção tecem-se as conclusões deste artigo seguidas das referências que embasaram a pesquisa.

2. Inclusão digital: uma breve análise bibliográfica

A tabela 1 a seguir apresenta um levantamento dos artigos referentes à temática inclusão digital publicados no Workshop de Informática na Escola e do Simpósio Brasileiro de Informática na Educação durante 5 anos, de 2006 a 2010. Não foram incluídos dados de 2011 para não descaracterizar o levantamento, uma vez que naquele ano os dois eventos escolhidos foram realizados conjuntamente.

ANO	Total de artigos WIE	Total de artigos SBIE	Artigos sobre inclusão digital no WIE	Artigos sobre inclusão digital no SBIE
2006	40	90	9	10
2007	31	135	7	3
2008	40	77	11	6
2009	37	84	5	5
2010	44	135	9	9

Tabela 1. Artigos sobre Inclusão Digital no WIE e SBIE – 2005 a 2010 [elaboração própria]

Vários desses artigos discutem o conceito de inclusão digital, buscando diferenciá-lo de alfabetização digital e, em menor escala, diferenciar de fluência digital. Ou seja, os conceitos utilizados, em sua maioria, ultrapassam o limite de ter acesso aos recursos de tecnologia de informação e comunicação (TIC) e Internet, dando sentido mais amplo ao conceito. Alguns artigos destacam a importância da mobilização dos saberes relativos às TIC na resolução de problemas. Porém, o que dizer da questão social?

A análise dos artigos permite ver que há certa distância entre inclusão digital e inclusão social. São raros os artigos que mencionam a inclusão digital no contexto mais amplo de inserção numa certa realidade para a qual se deve buscar uma solução, solução essa que pode passar pela inclusão digital. Nesse contexto, parece-nos pertinente propor uma forma de fazer essa análise conjugada da inclusão digital x inclusão social num momento em que nosso país desenvolve várias políticas públicas buscando o aumento da inclusão digital. O modelo de Warschauer (2006), com seus diferentes níveis e variáveis pode ser usado para isso, conforme sustentado a seguir.

3. Inclusão digital: variáveis e fatores para a inclusão social

A forma mais adequada para incluir e formar os indivíduos, é tornando-os capazes de se auto-programar, gerar conhecimentos e utilizá-los (CASTELLS, 2003). Porém, para este autor, os “poderosos” têm condições de criar e recriar tecnologias, mas nem sempre os usuários têm condições de acompanhar as mudanças e, se não dispõem dos recursos tecnológicos oferecidos podem ser excluídos.

Warschauer (2006, p. 31) comenta que, para que ocorra a inclusão social é fundamental que o indivíduo tenha a capacidade de acessar, de se adaptar e ainda, criar novos conhecimentos por meio do uso das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs). Para este autor, “a mudança de foco da exclusão digital para inclusão social baseia-se em três premissas principais: [1] a nova economia da informação e a nova sociedade de rede emergiram; [2] a TIC desempenha um papel decisivo em todos os aspectos dessa nova economia e nova sociedade; e [3] o acesso a TIC pode ajudar a determinar a diferença entre marginalização e inclusão nessa nova era socioeconômica.”

Partindo para uma visão mais detalhada do processo de inclusão digital e social, Warschauer (2006) propõem quatro variáveis que devem ser analisadas no intuito de contribuir para que o processo de inclusão digital propicie a inclusão social. Estas variáveis são: recursos físicos (computadores e conectividade), recursos digitais (material digital disponível on-line em termos de conteúdo e linguagem), recursos humanos (letramento e educação para utilização da informática e da comunicação on-line) e recursos sociais (estrutura comunitária, institucional e da sociedade que apóiam o acesso às TICs).

Todo esse processo insere-se num sistema social, visto como uma forma de permitir a inclusão de todos na sociedade da informação para usufruir das potencialidades/facilidades que esta oferece e assim melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Bunge (1995) conceitua Sistema Social como um sistema concreto composto por animais que (a) compartilham um entorno, (b) atuam diretamente ou indiretamente sobre outros membros do sistema e (c) cooperam entre si em alguns aspectos e rivalizam em outros. E ainda, um Sistema Social Humano como um sistema social composto por seres humanos que dependem do próprio trabalho ou externo para satisfazer suas necessidades e desejos, podendo ser classificado em natural ou artificial. Pode-se dizer que é o Sistema Social Humano é natural quando é auto-organizado, ou seja, emerge espontaneamente por reprodução ou associação e artificial quando é formado e sustentado conforme finalidades, planos e regras.

Bunge (1995), não se limita a elementos isolados. A partir deste enfoque sistêmico apresenta também a definição de um sistema concreto. Para este autor, sistemas concretos são compostos de tal forma que cada um dos seus componentes pode mudar, se alterar, atuar sobre os outros componentes e ser influenciado pelos mesmos. Para ele, toda relação gera um sistema. Um sistema concreto necessita de alguns ingredientes e o caracteriza da seguinte forma: CES - Composição, Entorno e Estrutura. Onde Composição é a coleção de todas as partes, ou seja, elementos que compõem o sistema, o Entorno é a coleção de todas as coisas que estão na Composição e atuam sobre o sistema e estão sujeitas a ação e influência do meio; e Estrutura, que é composta por endoestrutura e exoestrutura. A endoestrutura é o conjunto de relações que se estabelecem entre os elementos componentes, e a exoestrutura é o conjunto de relações entre os elementos que compõem o entorno e que podem afetar todo o sistema.

A democratização do acesso às tecnologias da Informação confere poder econômico e político. Este poder, conforme Bunge (1995) pode ser usado para o bem ou para o mal e desta forma não se pode considerá-lo neutro, já que seus impactos podem ser positivos ou negativos. Para o autor, a questão é encontrar a maneira de maximizar seus efeitos benéficos e minimizar seus efeitos maléficos, ou seja, (a) limitar a liberdade

de inovações técnicas para evitar, dentro do possível, que tenha efeitos sociais negativos e (b) preparar a força de trabalho da população para que possa se adaptar e enfrentar as inovações industriais e sociais. Ressalta também que alguns mecanismos de controle estão envolvidos neste processo. Cita inicialmente princípios morais – difíceis de controlar, pois nem todos pensariam em não participar de projetos que causem perigo ou mal estar social. Um segundo mecanismo seria o controle das corporações profissionais, mas que também não funcionaria, pelo mesmo motivo anterior. Um terceiro mecanismo seria um código de conduta profissional incorporado à legislação de trabalho impondo sanções aos empresários e técnicos.

Bunge (1995) conclui que a legislação seria insuficiente e sugere que para ser eficaz, o controle democrático do avanço técnico teria que envolver os técnicos, corporações profissionais, empresas, consumidores e todos os que poderiam de alguma forma afetar as inovações técnicas. Assim, com a participação de todos os segmentos, poderia se construir gradualmente uma sociedade tecnodemocrática, ou demotécnica. Hoje em dia, conforme o autor, a democracia plena se compõe de autogoverno, igualdade e competência técnica: a tecnodemocracia.

Grande parte das tecnologias que possuímos agora são de propriedade privada e deveriam converter-se em um bem público e evitar seus usos antisociais. Deveriam estar disponíveis em todos os níveis, em todos os grupos e setores, pois só assim teremos a certeza que estão a favor do bem comum. A técnica não é autônoma, mas sim um dos componentes de um sistema muito complexo afetada pela atividade humana e por sua vez afeta todos os aspectos da vida moderna. (BUNGE, 1995)

4. Projeto MOVIDA

Santa Cruz do Sul, emancipada em 28 de setembro de 1878, é conhecida como pólo mundial de beneficiamento de tabaco possuindo o maior complexo de beneficiamento de tabaco em folha. Está a 155 km de Porto Alegre, numa área 733 km². Também possui outros ramos fortes em sua economia, como o comércio e serviços. Conforme o Guia Socioeconômico do Vale do Rio Pardo e Centro Serra/2009, atualmente existem 6,9 mil empresas em Santa Cruz – considerando todas as atividades. Nos últimos anos vem se mantendo entre as dez maiores economias do Rio Grande do Sul, seja com base no índice do retorno do ICMS ou no volume de exportações. Chega a empregar mais de 5 mil trabalhadores temporários no primeiro semestre do ano. Sua população, conforme estimativas do IBGE/2009 é de 122.451 habitantes.

O Colégio Mauá, fundado em 1870 por um grupo de imigrantes alemães, faz parte da história de Santa Cruz do Sul e integra a Rede Sinodal de Educação. Em 2005, o Colégio Mauá deu início ao Projeto Social MOVIDA. Inicialmente foi desenvolvido em caráter experimental junto ao Bairro Esmeralda e, em 2006, foi ampliado para outra comunidade de Santa Cruz do Sul, o Bairro Santo Antônio do Sul. Este bairro apresentava índices de vulnerabilidade superiores ao primeiro, estigmatizado por seu histórico de violência e pobreza, e que, portanto, passou a ser o foco de maior atenção do projeto. Depois de realizado um diagnóstico da realidade sócio-econômica do bairro, constatou-se que o principal problema era o desemprego, pois a indústria do tabaco oferece empregos temporários e a baixa escolaridade dificulta a busca de novos empregos.

No início, em 2005, as atividades foram realizadas em forma de oficinas, no próprio bairro, mas percebeu-se que não era o ideal e os objetivos não estavam sendo alcançados plenamente. Então, no segundo semestre de 2006, o Colégio Mauá reformou e cedeu três salas do prédio localizado no centro da cidade, Rua Borges de Medeiros, nº 399. Novamente o espaço ficou pequeno e novamente Colégio Mauá entendeu a necessidade de ampliação. Em 2008, o Projeto Social Movida modernizou as instalações que abrigam as atividades: mais banheiros, refeitório e cinco salas para realização das atividades (para atividades de trabalho e geração de renda, informática, reforço escolar e artesanato), uma sala para atendimento de usuários do Serviço Social. As salas foram equipadas para atender e promover a educação e o desenvolvimento humano de cada assistido atingindo melhor qualidade de vida para a população carente e assistidos do bairro Santo Antônio do Sul. Toda essa infra-estrutura disponibilizada se localiza nas dependências do Colégio Mauá – centro.

Visando integrar diferentes classes sociais, oportunizar a inclusão social e o aprendizado para transformação do seu contexto, o projeto social Movida do Colégio Mauá busca pelo desenvolvimento social e ações que efetivamente auxiliem nas soluções de transformação social. Para que toda essa engrenagem esteja sincronizada e efetivamente funcionando conta com a união de forças entre alunos, voluntários, assistidos, instituições e empresas parceiras.

As atividades acontecem de segundas às sextas-feiras. Para as crianças, em turno oposto ao da escola. Cada oficina tem duração de 3 horas semanais, conta com um professor responsável e colaboradores. O valor orçado para 2010 foi de R\$ 148.0000,00, porém o relatório semestral aponta um gasto acima do previsto.

As oficinas de geração de renda, integradas por mulheres e adolescentes, têm os seus produtos comercializados e a renda é revertida para as famílias. Algumas ações paralelas continuam acontecendo como visitas periódicas ao bairro pela assistente social, orientações, encaminhamento à rede de serviços: assistência jurídica, odontológica e médica.

A tabela 2 apresenta os dados históricos em relação ao Projeto Movida.

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Nº de Assistidos	50	83	122	176	205	238	363
crianças/jovens	42	68	91	130	159	182	333
adultos	8	15	31	46	46	48	30
Nº oficinas - geral	4	6	9	14	15	17	13
Oficina Informática – qtd de alunos	0	16	16	8	12	30	15
Nº de voluntários	6	14	28	56	59	60	63

Tabela 2. Dados históricos do Projeto MOVIDA

As oficinas de informática tiveram duração diferenciada dependendo do ano. No início eram semestrais, mas a partir de 2009 passaram a ser anuais. O objetivo de terem longa duração é permitir de fato a inclusão digital e social dos participantes, o que seria mais restrito com oficinas pontuais de curta duração. O conteúdo ministrado nas oficinas, além de orientações sobre pesquisas na web, era editores: de textos, de desenhos, de apresentação, de som e planilhas.

5. Metodologia da Pesquisa

As etapas a seguir apresentam os passos para análise do processo de inclusão digital:

- (1) análise histórica e leitura de documentos do projeto;
- (2) questionários;
- (3) entrevistas;

Após a análise histórica, apresentada na tabela 1, e a leitura criteriosa, na íntegra, do projeto como um todo e de toda a sua proposta, observou-se que o Projeto MOVIDA caracteriza-se: [1] no atendimento à população carente por meio das atividades de geração de renda para mulheres e jovens, [2] inclusão de jovens e adultos em várias áreas, porém todos com foco voltado para o crescimento pessoal humanitário, [3] oportunizar acesso ao mercado de trabalho para os assistidos.

Como o foco dessa análise se refere à inclusão digital e a sua influência na inclusão social, outros instrumentos de coleta de dados, em forma de questionário, foram elaborados e aplicados com 26 pessoas envolvidas diretamente na Oficina de Inclusão Digital. Destas 26 pessoas, 22 são alunos que frequentam regularmente o projeto, um técnico de informática, uma assistente social e dois professores.

Cabe ressaltar que foram elaborados dois questionários distintos, construídos com base nas variáveis utilizadas na análise, através da definição de hipóteses. O primeiro questionário foi elaborado e aplicado com os 22 alunos (duas turmas). Destes, 12 alunos na Turma 1, a maioria com idade de 10 a 14 anos e uma de 21 anos (casada, com filhos, frequentando o EJA), 8 são meninas e 4 são meninos, matriculados e frequentando a escola. Já os alunos da Turma 2, 10 alunos (6 meninas e 4 meninos), a maioria de 10 a 15 anos. Neste grupo há uma menina de 28 anos, casada, com filhos e não estuda mais, já concluiu o Ensino Médio. Os outros 9 também estão matriculados e frequentando a escola. A pesquisa com estas duas turmas revela que 4 são alunos de 4ª série (18%), 10 estão na 5ª série (45%), 3 na 6ª série (14%), 1 estuda na 7ª série (5%) do Ensino Fundamental. Além desses, 2 alunos estão no Ensino Médio (9%).

O segundo questionário foi elaborado e aplicado com o técnico de informática, a assistente social e aos dois professores voluntários. Um atende a Turma 1 nas quintas-feiras e outro atende a Turma 2 nas sextas-feiras.

Além dos questionários, foram realizadas entrevistas com os alunos participantes da oficina de informática. Através das entrevistas buscou-se saber qual o sentimento dos alunos com relação ao projeto e o que este tem contribuído para a melhoria na qualidade de vida dos participantes (alunos) e de seus familiares.

Com base nos resultados quantitativos e qualitativos encontrados nos questionários e entrevistas foram realizadas as análises seguindo as variáveis de Warschauer (2006) e estas são apresentadas na próxima seção.

6. Análise dos resultados e discussão

Com base nos dados levantados e apresentados na seção anterior, esta seção apresenta uma análise baseada nas teorias de sistema social humano e os seus elementos de Bunge

(1995) e nas variáveis propostas por Warschauer (2006), com o objetivo de favorecer a inclusão digital plena.

Inicialmente e com base nos conceitos de sistema, sistema social e sistema social humano apresentados por Bunge (1995), pode-se classificar o projeto MOVIDA como um sistema social humano artificial. O autor apresenta também uma caracterização para um sistema social concreto que permitiu observar os elementos do sistema seguindo este enfoque. Na figura 1 mostra-se o cenário do sistema com seus componentes e as relações existentes entre eles.

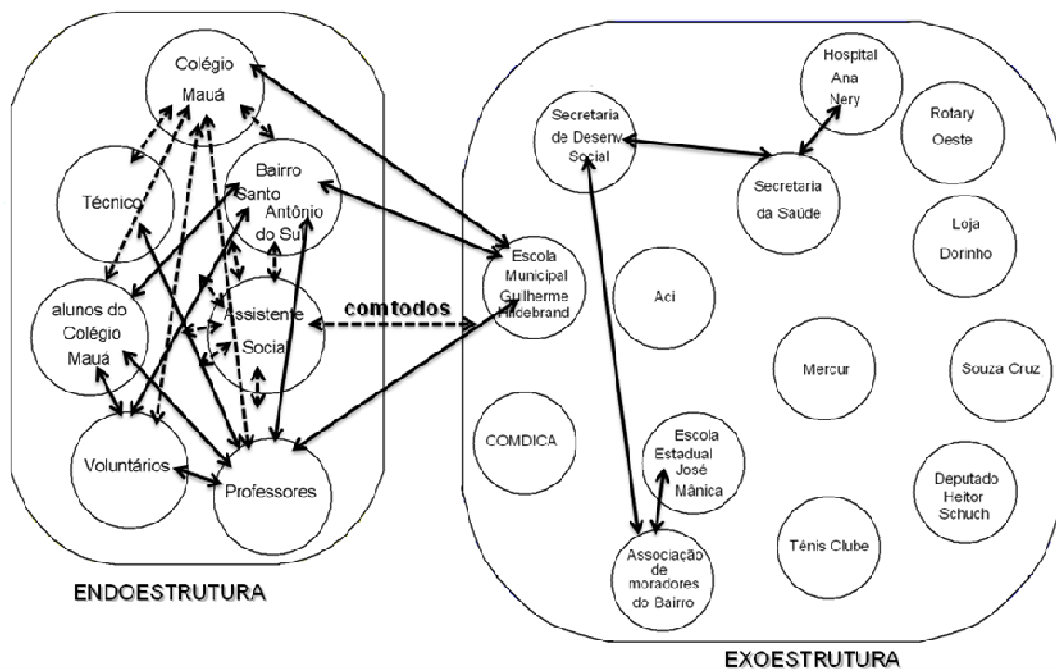


Figura 1. Relações existentes no Projeto MOVIDA

Na figura 1 os elementos que compõem o sistema estão representados em círculos. Entre os elementos que compõem o sistema podemos citar o colégio Mauá, a comunidade do bairro Santo Antônio, os profissionais envolvidos no projeto e os colaboradores. Dentre esses elementos, pode-se dizer que alguns deles fazem parte do Entorno, ou seja, elementos que não atuam diretamente no sistema, mas dão aporte nas suas ações, neste caso pode-se citar Associação de Morados do bairro Santo Antonio, empresas como Souza Cruz, Mercur, Instituições como o Hospital Ana Nery e Secretaria de Desenvolvimento Social, entre outros. Entre os elementos de um sistema existem relações que perfazem a estrutura do sistema, as quais são classificadas por Bunge (1995) como endoestrutura e exoestrutura. A figura 1 classifica os elementos e os divide segundo essa classificação, como pode ser observado através do agrupamento dos elementos.

Para Bunge (1995), se queremos saber como funciona um sistema, ou se queremos melhorar seu projeto, ou alterá-lo, devemos definir ou exibir sua composição e sua estrutura, assim como explorar o entorno com que ele interage. Com relação ao processo de inclusão digital com vistas à inclusão social, a seguir, uma análise de cada uma das variáveis propostas por Warschauer (2006).

Quanto aos *recursos físicos*, consideram-se os computadores e a conectividade, o Projeto possui 10 computadores equipados novos com configuração atual e 10

computadores recebidos por doação com configuração menos atual, 1 impressora multifuncional, 2 Switches com 12 portas, 1 Hub com 4 portas, 1 Projetormultimídia e 1 computador portátil. Os equipamentos atendem as necessidades atuais do projeto. Por se tratarem de doações, os computadores já foram bastante utilizados e por esse motivo sua vida útil está próxima do fim, necessitando de manutenção constante, o que demanda mão-de-obra especializada e peças para reposição. Com este objetivo, o Colégio Mauá disponibiliza um técnico de informática responsável por essas manutenções e quanto às peças para reposição são adquiridas através de recursos próprios do projeto.

Quanto aos *recursos digitais*, considerados como conteúdo e linguagem, pôde-se perceber que a prática da oficina de informática possui um roteiro de conteúdos que norteiam as aulas, mas não existe material instrucional formatado e compactado (apostila ou livro) para ser disponibilizado aos alunos, em vez disso, os professores constroem para cada momento materiais separados e estes são entregues aos alunos no momento da oficina. A linguagem utilizada pelos professores busca uma aproximação do universo dos alunos, sendo, portanto adequada e propiciando envolvimento e afetividade na comunicação e interação.

Quanto aos *recursos humanos*, sob o enfoque do letramento e educação, a oficina de informática do projeto conta com o apoio de um Técnico em Informática com formação adequada para a função que desempenha, uma Assistente Social graduada e especializada que atua na função de coordenadora do projeto, dois professores, um cursando o 6º semestre de licenciatura em computação e outro já licenciado em geografia com pós-graduação em informática aplicada à educação, ambos preparados para o exercício desta função. Constata-se nesta análise que os recursos humanos são parte muito importante neste projeto e neste sentido, deve haver um cuidado especial para que o projeto não fique dependente das pessoas, ou seja, as funções devem ser sistêmicas.

Quanto aos *recursos sociais*, vistos como comunidades e instituições, há um grande envolvimento de instituições parceiras, da própria comunidade no incentivo às crianças e jovens a participarem do projeto. E os resultados se refletem na própria comunidade dos assistidos, pois os mesmos passam a ter mais dignidade, melhoram a autoestima, se sentem parte de um sistema que produz e são reconhecidos por isto.

Sintetizando, o Projeto MOVIDA cumpre com os requisitos para uma inclusão digital plena favorecendo desta forma a inclusão social. O que se verifica é a constituição de uma ampla rede, de pessoas, desde profissionais ligados ao projeto até voluntários e alunos, além das múltiplas instituições que apoiam e dão suporte a continuidade das ações desenvolvidas. Não se trata, portanto de propiciar meramente ACESSO as TIC, mas de fazer delas um instrumento de construção social.

7. Considerações finais

Quando se considera a Inclusão Digital como um processo para a Inclusão Social, não se pretende referir meramente à utilização e manuseio de computadores e da Internet pelas pessoas (PASSARINO; MONTARDO, 2007). Muito mais do isso, é preciso considerar uma ampla quantidade de recursos com vistas à melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Este artigo analisou o projeto MOVIDA com base nos referenciais teóricos de Bunge (1995) e Warschauer (2006) objetivando responder ao questionamento inicial: que tipo de inclusão social propicia o projeto de inclusão digital MOVIDA?

Para cada uma das dimensões analisadas foram identificados pontos fortes e fracos no projeto. Para a dimensão recursos físicos pôde-se observar que computadores obsoletos geram alguns problemas no projeto como a falta de peças de substituição e com isso o número inadequado de máquinas em bom estado de funcionamento.

Na dimensão recursos digitais observou-se que os conteúdos são trabalhados de acordo com o interesse do aluno, não existindo desta forma uma sequência rígida de trabalho, o que se considerou adequado para o projeto. Além disso, a oficina de informática não oferece material específico, o professor cria de acordo com as necessidades. Por outro lado, poderia ser ampliado o uso de recursos de conteúdo aberto ou livre disponível em vários repositórios.

Na dimensão recursos humanos as atividades são avaliadas semanalmente por instrumentos diferenciados, ocorrem reuniões de avaliação entre professores e alunos, também dos professores e coordenação.

Na dimensão recursos sociais houve uma mudança de postura dos alunos da oficina com relação à forma de como se portam na chegada e na saída da oficina. Além disso, observou-se melhor aceitação de que são necessárias algumas regras enquanto grupo para que todos/todas possam aprender e conviver de forma agradável.

Como resultado desta análise se identificou que neste projeto a inclusão digital favorece a inclusão social. Os resultados do projeto em geral demonstram nos assistidos: a melhoria no desempenho escolar dos estudantes; a mudança comportamental; a concentração; a assiduidade; a ocupação de vagas no mercado de trabalho; a aquisição de conhecimento das ferramentas básicas de informática; a ampliação e fortalecimento das relações sociais; o estímulo a continuar buscando condições melhores; e a expectativa de outras possibilidades de trabalho e de vida.

Acredita-se ainda, que a metodologia proposta pode servir de base, ou modelo para análise de impactos da inclusão digital no processo de inclusão social em outros projetos existentes.

E para encerrar, se queremos melhorar as condições de vida, ampliar a democracia e, sobretudo assegurar a sobrevivência da espécie humana, teremos que reprojeter e reformar nossas sociedades de modo tal que a inovação técnica seja controlada de maneira inteligente por todos os interessados e em benefício de todos. Em outras palavras, devemos brigar pela tecnodemocracia em todos os grupos em que atuamos. (BUNGE, 1995)

Referências

- BUNGE, M. (1995) SISTEMAS SOCIALES Y FILOSOFI. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 2ª Edição.
- CASTELLS, M. A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- Guia Socioeconômico do vale do Rio Pardo e Centro Serra (2009). Pelos caminhos do desenvolvimento. Gazeta do Sul, 13ª edição, junho.



MITTLER, M. (2003) Educação Inclusiva. Porto Alegre: ArtMed.

PASSERINO, L. M.; MONTARDO S. P.. (2007) Inclusão social via acessibilidade digital: Proposta de inclusão digital para Pessoas com Necessidades Especiais. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Tecnologias de Informação e de Comunicação”, do XI Colóquio Internacional sobre a Escola Latino Americana de Comunicação, na Universidade Católica de Pelotas, em Pelotas, RS, de 7 a 9 de maio.

WARSCHAUER, M. (2006) Tecnologia e Inclusão Social: a exclusão digital em debate. São Paulo: Editora SENAC São Paulo.